

Eixo Capital



SUZANO ALMEIDA — INTERINO
suzanoalmeida2@gmail.com

Quem serão os indiciados da CPI da CLDF?

Especulações e suspense, marcaram a véspera da leitura do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa. Ontem, evitando do assédio da imprensa e dos próprios colegas da Casa, com assessores e delegados que o auxiliaram durante os trabalhos, o relator deputado Hermeto (MDB) se isolou para a finalização do documento que encerrará nove meses de trabalho. Entre membros da esquerda e da direita, as expectativas eram muitas. Por parte do campo progressista, o temor era pela confirmação da exclusão de nomes como os coronéis Kepler Rosa e Fábio Augusto Vieira, além do general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-comandante Militar do Planalto. Pelo lado conservador, a inclusão do nome do general Marco Edson Gonçalves Dias, conhecido como G. Dias, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência e pela apresentação de uma emenda incluindo o nome do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino.

Ed Alves/CB/DA.Press



Especulações

Questionado sobre os nomes, o relator foi enfático: “Kkkk especulações. Até amanhã (hoje) será só isso”, resumiu Hermeto, sem dar pistas sobre os nomes apontados.

Mais comissões

A Câmara Legislativa tem oficialmente duas novas comissões parlamentares: a Especial da Juventude e de Produção Rural e Abastecimento (CPRA). Os novos organismos serão presididos, respectivamente, por Joaquim Roriz Neto (PL) e por Pepa (PP). Ao todo, a CLDF terá 14 comissões, entre permanentes e temporárias.



Ed Alves/CB/DA.Press

STJ debate a violência doméstica

Buscando ampliar o debate e contribuir para políticas públicas, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) realiza, hoje, o evento Sinal Vermelho – Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres: o papel dos tribunais. O encontro contará com painéis abertos ao público pelo YouTube, a partir das 16h. Para participar, é necessário fazer a inscrição pelo site do STJ. Entre os temas propostos, está o painel “A relevância da palavra da vítima e a presunção

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



de vulnerabilidade na violência doméstica e familiar contra a mulher”. Para mais informações, os interessados podem ligar para 61) 3319-9098/ 9230/ 8937.

“Nós voltamos para a rua que é o nosso lugar. Que é nosso direito constitucional.”

Daniel de Castro, deputado distrital pelo PP



Ed Alves/CB/DA.Press

“Essa questão de vocês irem para a rua, é bom. Que vá, mas vá falando a verdade”

Chico Vigilante, deputado distrital pelo PT



Ed Alves/CB/DA.Press



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS / Após mais de nove meses, com 32 depoimentos, distritais encerram os trabalhos da CPI com leitura e votação do texto final. Há expectativa para os nomes que serão indiciados e os que ficarão de fora

CPI deve votar relatório hoje

» PABLO GIOVANNI

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) vota, hoje, o relatório final sobre os trabalhos do colegiado. Ao longo de mais de nove meses de trabalho, a comissão ouviu 32 depoentes, entre eles, coronéis da alta cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf) e integrantes do governo federal, tanto do governo Lula (PT) quanto de Jair Bolsonaro (PL).

A leitura será às 9h, e a expectativa é de que o relator Hermeto (MDB) leve entre duas e três horas para concluir o processo. O desejo dos distritais é que o relatório seja votado após o almoço. Conforme acordado pelos parlamentares, os deputados titulares da CPI terão 15 minutos para discutir, enquanto os suplentes, 10 minutos. O objetivo é não estender os trabalhos, tampouco suspender para concluir em um outro dia.

Hermeto elabora o documento a portas fechadas, mas sinalizou para deputados e imprensa, em diversas ocasiões, que não pretende indiciar nenhum nome que a comissão não ouviu. É uma estratégia diferente da que foi adotada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso

Ed Alves/CB/DA.Press



O relator da CPI dos Atos terá que enfrentar descontentes, independentemente do que for apresentado

Nacional, em que consta, no rol de indiciados, nomes que deputados federais e senadores sequer chegaram a ouvir.

O relator, inclusive, é crítico do relatório elaborado pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA) na CPMI. O parlamentar, por diversas ocasiões, reiterou que, no documento dele, estará escrito o nome e o porquê de cada indiciamento. Mas, nos corredores da Casa,

há um certo incômodo de parlamentares da oposição de que Hermeto, que é policial militar da reserva, deixe de fora do documento nomes da cúpula da PMDF, como os coronéis Klepter Rosa e Fábio Augusto, ex-comandante-geral e subcomandante-geral da corporação, respectivamente, nos atos de 8 de janeiro.

Parlamentares ligados à ala bolsonarista sugeriram nomes a

Hermeto para que ele incluísse no relatório, como o ministro da Justiça Flávio Dino e do ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general G. Dias. Há uma alta expectativa de que o nome do ex-GSI esteja, de fato, no relatório — conforme mostrado na coluna Eixo Capital de hoje —; já o de Dino, indicado por Lula a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), não estará no rol de indiciados.

Para o relatório ser aprovado, é necessário ter quatro votos. Articulações para a aprovação do texto foram iniciadas pelo próprio relator e, por isso, relatórios paralelos, tanto de parlamentares da esquerda, quanto, principalmente, da direita — com o pedido atendido pelo indiciamento de G. Dias —, perderam força dentro da Casa. Já uma análise do cenário da comissão mostra que votos de alguns deputados titulares da CPI, que não chegaram a agregar muito aos trabalhos dos distritais, como a vice-presidente Jaqueline Silva (MDB) e o membro titular Robério Negreiros (PSD), serão essenciais para definir os passos da CPI.

O regimento interno da Câmara Legislativa permite sugerir emendas modificativas e supressivas no texto original de Hermeto, que poderá ter mais de 100 indiciamentos, como de incitadores, financiadores e presos dos atos antidemocráticos que ocorreram na capital do país.

Ponto central

Uma das bases de sustentação do relatório a ser apresentado trata sobre uma reunião que ocorreu na sede da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), com

a participação de integrantes da pasta e da Polícia Federal.

A CPI tem em posse um documento que expõe uma suposta omissão do ex-secretário-executivo da SSP, Fernando de Sousa Oliveira — responsável pelo áudio acalmando o governador horas antes da invasão em 8 de janeiro. O ex-número 2 assumiu na ausência do titular da pasta, Anderson Torres. Na sede da secretaria, além de Oliveira, a subsecretária de Operações da SSP, coronel Cíntia Queiroz, ouviu solicitações dos policiais federais, como uma grande preocupação com a mobilização de pessoas em direção a Brasília.

O diretor-geral Andrei Passos, nesse encontro, teria externado a preocupação, porque a equipe de inteligência do órgão teria identificado o movimento, que teria o objetivo de ocupar a Esplanada dos Ministérios e contestar as urnas eletrônicas. Como solução, a PF indicou o isolamento da Esplanada — não sendo aderido pelo secretário executivo.

Sousa chegou a prestar depoimento à CPI, mas não citou em nenhum momento o encontro com a cúpula da PF. Ele foi um dos primeiros depoentes a ser ouvido pelos distritais, e explicou que só seguiu o que estava determinado no Protocolo de Ações Integradas (PAI) de 6 de janeiro.

Carlos Gandra CLDF



Ascom/CLDF

O ressurgimento da polarização

O confronto entre esquerda e direita na Câmara Legislativa chegou a um novo patamar. Deputados da ala conservadora atacaram pautas progressistas e prometeram a retomada de manifestações de rua, como as da extrema-direita, que deram origem aos ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro. O embate entre os dois espectros políticos foram puxados pelos deputados Thiago Manzoni (PL) e Daniel de Castro (PP), que criticaram uma apresentação de alunos do Centro de Ensino Médio 310, de Santa Maria. Os estudantes se vestiram com roupas do Candomblé e foram criticados pelos parlamentares.

Outro ponto abordado por Manzoni foi o ato pela morte do réu pelos atentados antidemocráticos, em 8 de janeiro, Cleriston Pereira da Cunha, no domingo passado, na Avenida Paulista. Ele morreu após um mal súbito, em 20 de novembro, durante um banho de sol na Penitenciária da Papuda, onde aguardava julgamento. Segundo o parlamentar, o ocorrido reacendeu os “patriotas”, que farão novo ato, no dia 10 de dezembro, na Esplanada dos Ministérios.

Revide

Distritais progressistas contra-atacaram. Fábio Félix (PSol) e Gabriel Magno (PT) rebateram as críticas dos colegas. O pessolista — autor de um projeto de lei que prevê formação para professores da rede pública e particular, pelo programa Escola Antirracista, que insere no currículo dos estudantes a história afro-brasileira — afirmou que a ação se tratou de uma aula de reparação histórica e tolerância religiosa. Magno, inclusive, leu a lei que garante o ensino da cultura afro-brasileira em sala de aula, para justificar o ocorrido em Santa Maria.

Pastores

O debate religioso acabou trazendo à CLDF antigos defensores de pautas religiosas na Casa, como o ex-deputado distrital e atual secretário da Família e Juventude do DF, Rodrigo Delmasso. Ele foi convidado por Daniel de Castro para atuar entre os colegas. Segundo um deputado, o objetivo do grupo é convencer parlamentares de direita a não levarem à frente o Projeto de Lei 243/2023, que cria o programa Escola Antirracista.